

Ata da centésima décima primeira reunião dos membros do Comitê de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ, realizada às dez horas do dia 16 de junho do ano de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões da PREV SÃO JOSÉ, atendendo convocação do Presidente do Comitê, e teve como ordem do dia: 1) ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DA PREV SÃO JOSÉ – MAIO DE 2026; 2) ANÁLISE DE CENÁRIOS ECONÔMICOS; 3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS E AJUSTES ESTRATÉGICOS e 4) REVISÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 – ADEQUAÇÃO DO QUADRO DE ALOCAÇÃO. Presidiu a reunião o Sr. LUIZ CARLOS BONATO, Presidente do Comitê de Investimentos e, na sequência, verificou-se a presença do Sr. IVAN FERREIRA DE MELO, Presidente da PREV SÃO JOSÉ, e dos demais membros Sr. IVO CETNARSKI Sr. PAULO CESAR MAGNUSKEI e como convidado o Sr. Bruno Leme Ferreira da Silva, Assessor de Investimentos da Assessoria Financeira Crédito e Mercado que participou da reunião presencialmente. Os membros do Comitê deliberaram conforme segue: 1) ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DA PREV SÃO JOSÉ – MAIO DE 2026: Foi apresentado pelo Diretor Financeiro o relatório de investimentos da carteira da PREV SÃO JOSÉ, com retorno percentual no mês de 0,83%, ficando o retorno total da carteira no período (janeiro a maio) em 5,77%. No segmento de renda fixa o retorno foi de 0,97%, enquanto na renda variável e no segmento de investimentos no exterior a carteira registrou retorno de -1,09%. A carteira de investimentos da PREV SÃO JOSÉ fechou o mês com PL total de R\$ 2.166.490.063,99. O IPCA teve variação de 0,58% no mês, resultando em meta atuarial de 5,49% para o período (janeiro a maio), com atingimento de 105,19%. A Consultoria indicou que a carteira da PREV SÃO JOSÉ apresenta diversificação adequada e proteção consistente para o momento, com 92,91% em renda fixa e 7,09% em renda variável. Os fundos atrelados ao CDI concentram 21,11% da carteira, seguidos pelos fundos vértices de longo prazo com 12,10% e pelos títulos públicos federais com 11,56%. Os investimentos encontram-se devidamente enquadrados, de acordo com a Resolução nº 5.272, de 18/12/25, do CMN e com a Política de Investimentos da Autarquia, ressalvados os desenquadramentos passivos já registrados em atas anteriores, decorrentes das alterações introduzidas pela referida resolução, os quais estão sendo monitorados e ajustados dentro dos prazos legais. Como parte integrante do processo de controle e monitoramento do risco de mercado, foram observadas as referências estabelecidas na Política de Investimentos, que estima a perda máxima de um investimento ou portfólio dentro de um período e nível de confiança definidos, sendo: VaR no mês de 1,21% para o segmento de renda fixa (limite de 1,29%); VaR no mês de 5,97% para o segmento de renda variável, estruturados e exterior (limite de 6,44%). O VaR consolidado (95,0%, 21 dias úteis) atingiu 1,65%, superando o limite de 1,27%. O desenquadramento do VaR consolidado no mês (1,65% frente ao limite de 1,27%) foi pontual. Essa avaliação leva em conta que no cenário nacional, o mês de maio de 2026 foi marcado pelo crescimento do PIB acima das projeções, puxado pelo consumo das famílias. Contudo, a inflação (IPCA) registrou alta de 0,58%, estourando o teto da meta anual e gerando pressão sobre o Banco Central para a manutenção da taxa Selic em patamares elevados. O mercado financeiro elevou as projeções de juros, refletindo a cautela com o cenário fiscal e o custo de vida. No plano internacional, a atividade global seguiu em ritmo moderado, com os Estados Unidos e a Europa enfrentando desafios para consolidar a queda de suas inflações e iniciar cortes de juros. A volatilidade das commodities e as tensões geopolíticas globais mantiveram o dólar pressionado perante as moedas de países emergentes. Esse panorama externo exigiu postura defensiva dos investidores locais, enquanto o mercado interno buscou se ajustar ao balanço entre o avanço produtivo e o risco inflacionário, resultando em um risco consolidado temporariamente superior ao limite estipulado. Os membros do Comitê de Investimentos avaliaram tais oscilações como sazonais e pontuais. Tendo em vista a ausência de exposição excessiva a riscos, deliberou-se pelo não

acionamento do plano de contingência previsto na Política de Investimentos. Após análise, os membros constataram que os recursos permanecem alocados em conformidade com a legislação vigente, em aderência à Política de Investimentos e performando em linha com o mercado. Diante do exposto, manifestaram-se, por unanimidade, favoráveis à aprovação. **2) ANÁLISE DE CENÁRIOS ECONÔMICOS:** O consultor financeiro apresentou o panorama econômico referente ao mês de maio de 2026, cujos detalhes constam no relatório anexo a esta Ata. Em síntese, o cenário de maio mostra o Brasil crescendo, mas com a inflação alta forçando juros elevados, enquanto a instabilidade global pressiona o dólar e eleva os riscos locais acima das metas. **3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS E AJUSTES ESTRATÉGICOS:** Quanto à alocação de recursos novos, o assessor de investimentos sugeriu aplicar em ativos de curso prazo evitando assim o risco da marcação a mercado, aproveitando a rentabilidade elevada do cenário de juros atual. Para o longo prazo, sugeriu a manutenção da posição. Quanto aos recursos aplicados no exterior, sugeriu-se o desinvestimento gradual da posição, visando o adequado alinhamento aos critérios da Resolução CMN nº 5.272/25. Diante disso, os membros do Comitê manifestaram-se, por unanimidade, no sentido de executar a referida estratégia de desinvestimento gradual de forma a sanar o desenquadramento dentro do prazo regulamentar de transição de 2 (dois) anos. Com relação aos recursos aplicados em renda variável, sugeriu manter a posição. Após avaliar as análises apresentadas pelo assessor de investimentos, o Comitê deliberou, por unanimidade, pela aprovação das estratégias recomendadas e ainda, de não realizar realocações táticas nesse momento. **4) REVISÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 – ADEQUAÇÃO DO QUADRO DE ALOCAÇÃO.** Dando continuidade ao assunto tratado na reunião anterior o Presidente informou ao colegiado a realização da videoconferência com o corpo técnico da Secretaria de Previdência. Diante dos esclarecimentos prestados foi confirmada a necessidade de alteração no documento vigente. Nesta oportunidade, os membros do Comitê efetuaram a revisão do documento, que foi validada pelo colegiado. Seguindo o rito legal, a proposta será encaminhada ao Conselho Fiscal para ciência e, posteriormente, ao Conselho Administrativo para deliberação e aprovação final. Na sequência, o comitê retomou o assunto sobre o possível encerramento do contrato com a consultoria financeira, cuja vigência expirará em 17/06/2026. Foi informado ao colegiado que a área administrativa da Prev já iniciou um novo processo para a contratação de empresa para prestação do serviço de assessoria financeira. Nesse sentido, os membros registraram que o comitê continuará acompanhando o andamento desse processo, reforçando a necessidade de acompanhar essa situação para evitar riscos e garantir que as atividades do comitê não sejam prejudicadas. O Presidente franqueou a palavra e, diante da ausência de manifestações, encerrou a reunião às 12 horas. A presente ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Das Informações desta ata será elaborado o Parecer – Relatório de Investimentos, o qual será encaminhado ao Conselho Fiscal para aprovação.

LUIZ CARLOS

BONATO:7701384

0904

Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS
BONATO:77013840904
Dados: 2026.06.30 11:25:22
-03'00'**LUIZ CARLOS BONATO**

Presidente do Comitê

IVAN FERREIRA DE

MELO:275517179

00

Assinado de forma digital por
IVAN FERREIRA DE
MELO:27551717900
Dados: 2026.06.30 11:45:56
-03'00'**IVAN FERREIRA DE MELO**

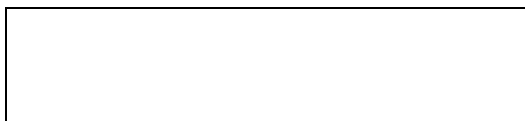
Vice-Presidente



IVO CETNARSKI
Membro



KEYLLA CRISTINA P. DE MORAIS
Membro



PAULO CÉSAR MAGNUSKEI
Membro

PANORAMA **MAIO**





Panorama Econômico

SÍNTESE DA LEITURA DO PANORAMA ECONÔMICO DOS PERÍODOS ANALISADOS

Maio de 2026 pode ser resumido em uma palavra: reversão. Depois de um abril marcado pelo alívio geopolítico, a fragilidade do cessar-fogo entre Estados Unidos e Irã voltou ao centro das atenções. **O petróleo, que havia recuado para 90 dólares em abril, voltou a subir e chegou a** bater acima de US\$ 110 por barril no início de maio, antes de recuar expressivamente, encerrando em torno de **US\$ 91 por barril**, cerca de 17% no mês, a maior baixa mensal desde março de 2020, impulsionada pelas esperanças de um acordo de paz entre EUA e Irã. O Ibovespa, que havia flertado com os 200 mil pontos em abril, **recuou 7,22% no mês**, o pior resultado desde fevereiro de 2023, com saída de estrangeiros de R\$ 11,7 bilhões. O **PIB do primeiro trimestre surpreendeu positivamente**, crescendo **1,1% ante o trimestre anterior**, impulsionado por agropecuária, indústria e consumo das famílias.

Enquanto o petróleo girava em torno das negociações de Ormuz, a inflação americana revelou a conta dessa volatilidade: o **CPI de maio acelerou para 4,2% ao ano**, o maior nível desde o início de 2023, com a energia respondendo por mais da metade do avanço. O **Fed segue sem movimentar os juros (3,50%–3,75%)** pela perspectiva de juros altos por mais tempo. Na Europa, **BCE confirmou a sinalização de abril: a reunião de 11 de junho deve trazer a primeira alta de juros**, com a inflação da Zona do Euro subindo para 3,2% em maio. O PMI Composto da Zona do Euro recuou para 48,5, mantendo-se em contração pelo segundo mês consecutivo.

A narrativa de maio é a de um mercado que testou os limites do otimismo construído no mês anterior. O petróleo e a inflação ainda ditam o ritmo. Quem navegou com cautela em abril e aproveitou a reversão de maio, capturando a queda do barril e o recuo do dólar, ficou bem posicionado. O segundo trimestre segue com o mesmo binômio: paz no Oriente Médio representa alívio; conflito prolongado é igual pressão estrutural.



INTERNACIONAL

ESTADOS UNIDOS



❖ CURVA DE JUROS

Em maio de 2026, a curva de juros americana voltou a pressionar. Com o CPI acelerando para 4,2% ao ano e o mercado passando a precificar uma possível alta de juros, os Treasuries de 10 anos foram negociados **na faixa de 4,30% a 4,50%**, refletindo o temor de que a aceleração do CPI pudesse forçar o Fed a uma alta. Ao final do mês, com o petróleo cedendo, as taxas recuaram para **perto de 4,25%**, devolvendo parte da alta.

O spread entre os vértices de 10 e 2 anos permaneceu positivo em torno de **45 a 55 pontos base** confirmando que o mercado não precifica recessão imediata, mas já incorpora o risco de que o próximo movimento do Fed seja uma alta e não um corte. A curva está em modo de espera prolongado.

❖ DOLLAR INDEX (DXY)

O Dollar Index (DXY) oscilou com alta volatilidade em maio, encerrando o mês **entre 99 e 101 pontos**, em um mês de intensa volatilidade. Nos momentos de escalada do conflito, o dólar se fortalecia; nas janelas de aproximação de acordo de paz, recuava. O real perdeu parte da valorização de abril com a saída de capitais da Bolsa.

❖ MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho americano seguiu resiliente em maio, com a **taxa de desemprego estável em 4,4%**. Energia e defesa seguiram liderando as contratações, enquanto tecnologia e varejo permaneceram cautelosos. Com a inflação acelerando para 4,2% ao ano e os salários crescendo em torno de 3,8%, ganho real do trabalhador americano voltou a ser negativo, um dado relevante para a demanda doméstica no segundo semestre.



Panorama Econômico

❖ INFLAÇÃO

O CPI de maio de 2026, divulgado em 10 de junho, foi a leitura mais alta em mais de três anos. A inflação acelerou de **3,80% para 4,20% no acumulado de 12 meses**, o maior nível desde o início de 2023 e exatamente em linha com as expectativas do mercado. Em termos mensais, os preços subiram **0,5% em maio** (ante 0,6% em abril), uma desaceleração que reflete o recuo do barril ao final do mês. A energia foi a grande responsável, com alta de **23,00% ao ano** em maio, enquanto os alimentos avançaram moderadamente e a inflação núcleo (que exclui energia e alimentos) subiu **0,2% no mês**, abaixo das expectativas de 0,3%, sinal positivo de que a pressão inflacionária está concentrada no choque energético.

O dado mais preocupante foi justamente o núcleo: ao contrário do que o Fed esperava, a inflação subjacente acelerou mesmo com o impacto geopolítico sendo parcialmente absorvido. Isso significa que há pressões de preços estruturais na economia americana que vão além do petróleo e que o caminho de volta à meta de 2% se tornou ainda mais longo.

❖ JUROS

O Federal Reserve **não se reuniu em maio**. A próxima reunião do FOMC está marcada para **17 de junho de 2026**. O consenso do mercado aponta para manutenção dos juros na faixa de 3,50% a 3,75% pelo quarto encontro consecutivo.

O CPI de maio em 4,2% ao ano e o mercado de trabalho resiliente levaram analistas a discutir, pela primeira vez, a possibilidade de alta de juros ainda em 2026. Powell deve usar a reunião de junho para reforçar o discurso de cautela e dependência de dados.

❖ RENDA VARIÁVEL

Após o forte rali de abril, Wall Street operou com volatilidade e pressão vendedora em maio. O **S&P 500 encerrou o mês em queda**, pressionado pelas incertezas sobre o acordo com o Irã e pela inflação acima do esperado. O **setor de energia e o bancário foram os mais afetados** e o **juros altos por mais tempo**.



Panorama Econômico

INDICADORES DE ATIVIDADE AMERICANO

❖ PIB

O PIB americano do **primeiro trimestre de 2026** cresceu **2,0% ao ano (dado consolidado)**, com os dados de atividade de maio mostrando desaceleração gradual. O PMI Composto recuou, sinalizando que os efeitos do petróleo caro chegam ao consumidor. Ante o **crescimento do 4º Trimestre de 2025**, o FMI projeta crescimento de **2,3%**, com inflação projetada em **3,2% no ano**. As **perspectivas para o 2º Trimestre de 2026 apontam desaceleração, 3,2%**,

O FMI mantém sua projeção de crescimento dos EUA para **2,3% em 2026 (sem alteração)** (de 2,4% anterior), com inflação projetada em 3,2% no ano.

❖ PMI

Os PMIs americanos de maio mostraram desaceleração gradual. O PMI Industrial da S&P Global **recuou ligeiramente ante abril**, ainda em expansão.

O **PMI de Serviços S&P Global** recuou de **51,0 em abril para perto de 50,5 em maio**, refletindo a contenção dos gastos do consumidor com combustíveis ainda caros. O **PMI Composto ficou ao redor de 50,5**, sinalizando crescimento modesto.



Panorama Econômico

ZONA DO EURO



❖ INFLAÇÃO

A inflação da Zona do Euro continuou sua trajetória ascendente em maio, atingindo **3,00% ao ano**, o **maior nível em mais de dois anos**. A energia segue como principal pressão, com alta de 17,9% ao ano. Os dados reforçaram a posição dos membros **hawkish** do Banco Central Europeu, aqueles que defendem juros mais altos para conter a inflação, que sinalizaram que não subir juros em junho deixou de ser uma opção.

❖ JUROS

Na reunião de **11 de junho de 2026**, o BCE **elevou os juros em 0,25 ponto percentual**, a primeira alta desde setembro de 2023. A taxa de Facilidade Permanente de Depósito (*se o banco **guarda** dinheiro no BCE – Banco Central Europeu, recebe a taxa de Depósito*) subiu de **2,00% para 2,25%**, a de Refinanciamento (*se o banco **pede** dinheiro emprestado ao BCE, paga a taxa de Refinanciamento*) de **2,15% para 2,40%** e a de Empréstimos de **2,40% para 2,65%**. A decisão foi **unânime** no Conselho do BCE e foi justificada pelo choque energético decorrente da guerra no Oriente Médio. O BCE revisou para cima sua projeção de inflação para 2026, de 2,6% para **3,0%** ao ano.

O mercado precifica **50% de probabilidade** de nova alta em setembro. Analistas projetam até **três altas de 0,25 ponto** até o final de 2026, levando a taxa de depósito a **3,00%**. Christine Lagarde (Presidente do BCE) sinalizou que não há compromisso com caminho pré-definido, o BCE seguirá dependente dos dados. Para o Brasil e demais emergentes, esse cenário é relevante: à medida que o diferencial de juros entre o Brasil (**14,50%**) e a Europa (**2,25%**) for se estreitando, a atratividade relativa dos ativos brasileiros pode ser afetada. Por ora, porém, o diferencial segue amplo o suficiente para sustentar o fluxo de carry trade (estratégia de investimento que consiste em **tomar dinheiro emprestado em um país com juros baixos e aplicar em um país com juros altos**) em favor do real.



Panorama Econômico

INDICADORES DE ATIVIDADE DA ZONA DO EURO

❖ PMI

Maio confirmou a tendência de contração nos serviços e moderação na indústria. O PMI Composto da Zona do Euro recuou para **48,5**, o **mantendo-se abaixo de 50 pelo segundo mês consecutivo**.

O PMI de Serviços subiu de 47,6 em abril para **47,7 em maio**, o **mas permaneceu firmemente em contração**. Alemanha e França foram os principais vetores negativos, enquanto Itália e Espanha registraram modestos crescimentos. O volume de novos negócios contraiu pelo terceiro mês consecutivo. **O PMI Composto da Zona do Euro recuou para 48,5, pelo segundo mês consecutivo em contração**. O risco de recessão técnica no 2º Trimestre de 2026 na Europa permanece no radar.



Panorama Econômico

CHINA



❖ INFLAÇÃO

A inflação na China seguiu pressionada em maio de 2026 pelos custos de energia e insumos industriais. O PPI (preços ao produtor) consolidou sua saída do território deflacionário, mas as margens corporativas seguem comprimidas. O petróleo caro impacta de forma assimétrica a China, maior importadora mundial de petróleo, especialmente com o Estreito de Ormuz parcialmente fechado.

❖ JUROS

O Banco Popular da China (PBOC) **manteve** as principais taxas de referência (LPR) inalteradas em maio, **com a de 1 ano em 3,00% e a de 5 anos em 3,50%**. A postura de cautela reflete o equilíbrio delicado que o banco central tenta manter: com inflação ainda baixa, haveria espaço teórico para estimular, mas a pressão de custos vindos do petróleo e as margens bancárias estreitas limitam a ação. O suporte econômico continua sendo canalizado via política fiscal, gastos em infraestrutura, subsídios e crédito direcionado, em vez de reduções generalizadas de juros.



Panorama Econômico

INDICADORES DE ATIVIDADE CHINÊS

❖ PIB

O PIB da China no primeiro trimestre de 2026 foi confirmado em **5,0% no acumulado de 12 meses**, acima da previsão de **4,80%** dos economistas consultados e acelerando ante os **4,50% do 4º Trimestre de 2025**. O resultado está no topo da faixa da meta oficial de Pequim para 2026 (4,50% a 5%), o que o NBS (Escritório Nacional de Estatísticas) classificou como uma conquista "rara e louvável" num ambiente externo "complexo e volátil". O motor do crescimento foi o aumento das exportações, especialmente de produtos ligados à inteligência artificial, antes que a guerra no Oriente Médio elevasse os custos de energia e complicasse as rotas marítimas.

O ponto de atenção veio da comparação trimestral: a economia expandiu apenas **1,30% ante o 4º Trimestre de 2025**, desacelerando em relação aos 1,5% do trimestre anterior, sinal de que o ritmo interno ainda enfrenta obstáculos. As **novas encomendas recuaram para apenas 2,50% em março**, forte queda ante os 21,80% de janeiro a fevereiro, indicando que o pico de antecipação de pedidos já passou. Os preços de fábrica saíram da deflação em março pela primeira vez em mais de três anos, mas analistas alertam que essa "inflação ruim", impulsionada pelos custos de insumos de energia, pode comprimir ainda mais as margens corporativas já reduzidas. Para 2026, projeta-se crescimento de **4,60%**, com **desaceleração para 4,70%** já no 2º Trimestre de 2026, uma vez que os efeitos do conflito no Oriente Médio sobre os custos de energia e a logística global comecem a pesar de forma mais direta sobre a segunda maior economia do mundo.

❖ PMI

Os PMIs chineses de maio sinalizaram estagnação da manufatura e contração nos serviços. O PMI oficial de manufatura (NBS – *que mede a atividade de grandes empresas e estatais*) recuou de 50,3 em abril para **50,0 em maio** — fronteira exata entre expansão e contração.

O PMI privado (*que mede a atividade das pequenas e médias empresas e empresas do setor privado*) também recuou, ficando abaixo de 51, o **menor nível em meses**, refletindo a cautela dos exportadores.

O **PMI não manufatureiro (serviços) permaneceu em contração**, em torno de **49,4**. O aumento dos combustíveis e a incerteza sobre o crescimento seguiram contendo o consumidor. O **PMI Composto NBS ficou em torno de 50,1**.



Panorama Econômico

BRASIL



❖ JUROS

Não houve reunião do Copom em maio. A última decisão, em 29 de abril de 2026, reduziu a taxa de **14,75% para 14,50% ao ano**. A próxima reunião do Copom está prevista para 17 e 18 de junho de 2026. O mercado projeta novo corte de 0,25 ponto, levando a Selic a 14,25% ao ano.

O Boletim Focus revisou o **IPCA de 2026 de 3,90% para 4,60%**, ultrapassando o teto da meta de 4,50%. Isso coloca o Copom em uma posição peculiar: cortar juros enquanto projeta inflação acima do teto da meta. A justificativa é que o choque é de natureza externa (energia) e temporário, e que manter juros muito altos em uma economia que já desacelera seria inadequado. O mercado, porém, ficou mais cauteloso: o **foco do mercado se volta para a reunião de junho**, onde o Copom sinalizará o ritmo dos próximos cortes.

❖ INFLAÇÃO

O IPCA de maio de 2026, divulgado pelo IBGE em **12 de junho**, registrou alta de **0,58% no mês**, desacelerando ante os 0,67% de abril e levemente acima da expectativa do mercado (consenso de 0,53%). No acumulado de 12 meses, a inflação subiu para **4,72%**, acima dos 4,39% de abril e **ultrapassando o teto da meta de 4,50%** pelo sistema de meta contínua. No ano, o IPCA acumula **3,18%**.

Os principais vetores de pressão foram **Habitação (+2,3%)**, impulsionado pela entrada em vigor da bandeira tarifária amarela de energia elétrica, e **Alimentação e Bebidas**, pressionado por alimentos in natura como batata-inglesa e tomate. Em contrapartida, o grupo **Transportes voltou a cair (-0,5%)**, com gasolina (-1,7%), etanol (-5,1%) e óleo diesel (-4,2%) registrando deflação, reflexo direto da queda do petróleo Brent em maio. Serviços subjacentes seguem pressionados, acumulando **5,27% em 12 meses**, sinalizando que a inflação de serviços, mais resistente e estrutural, permanece bem acima da meta.

Projeções de mercado (Boletim Focus): a mediana para o IPCA 2026 segue em **5,04%**, nona alta consecutiva e acima do teto da meta de 4,50%. A **Selic ao fim de 2026 foi revisada para 13,25%**, refletindo a percepção de que o ciclo de cortes será mais curto e cauteloso do que o esperado anteriormente, especialmente com o Banco Central Europeu subindo juros e o Fed sem espaço para cortar.



Panorama Econômico

INDICADORES DE ATIVIDADE BRASILEIRO

❖ PIB

O IBGE divulgou em **29 de maio de 2026** o PIB do primeiro trimestre de 2026, que registrou crescimento de **1,1%** ante o trimestre anterior, acima das expectativas do mercado (1,0%). Do lado da produção, a agropecuária avançou 2,0%, a indústria 1,0% e os serviços 0,5%. O consumo das famílias cresceu **1,0%** reflexo da isenção do IR. Em valores correntes, o PIB movimentou R\$ 3,3 trilhões.

O **crescimento do 1º Trimestre de 2026** representou expansão de **1,8%** na comparação com o 1º Trimestre de 2025. O mercado elevou sua projeção do PIB anual de 2026 para **1,85%**. O Boletim Focus projeta crescimento de **1,85% para 2026**, enquanto a Fazenda projeta **2,30%**. O alerta de consenso: o crescimento do 1º Trimestre de 2026 foi sustentado por fatores temporários, safra recorde e consumo, e deve desacelerar no 2º Semestre de 2026, quando os efeitos dos juros elevados e as incertezas do ano eleitoral pesarão mais sobre a atividade

❖ PMI

Os PMIs brasileiros de maio mantiveram o Brasil no campo positivo, mas com sinais de moderação. O **PMI de Serviços permaneceu acima de 50**, sustentando o **PMI Composto levemente acima de 50**. O setor de serviços seguiu como grande amortecedor, beneficiado pelo mercado de trabalho resiliente e pelo aquecimento ligado à Copa do Mundo FIFA 2026.

A indústria de transformação operou próxima à linha de equilíbrio, enquanto a extrativa (petróleo) sustentou a expansão industrial.

❖ CÂMBIO

Maio de 2026 foi um mês de reversão parcial para o câmbio. Após fechar abril em R\$ 4,95, o dólar chegou a ser negociado abaixo de R\$ 4,89 no início de maio, mínimas históricas recentes, mas encerrou o mês em torno de **R\$ 5,05, alta de cerca de 2% no mês**. No acumulado de 2026, o dólar ainda acumula queda de cerca de **8% a 9% frente ao real**. O diferencial de juros (Selic 14,50% e. Fed Funds 3,50%–3,75%) segue como principal base do real.

Mas o fluxo de capital externo perdeu fôlego em maio, com saída líquida de R\$ 11,7 bilhões da Bolsa pressionando a moeda.



Panorama Econômico

❖ BOLSA DE VALORES

O Ibovespa teve o pior mês desde fevereiro de 2023 em maio, recuando **7,22%** e fechando em **173.787 pontos**. O saldo de capital estrangeiro em maio foi negativo em R\$ 11,7 bilhões. Três fatores explicam a reversão: renovação das tensões no Oriente Médio, perspectiva de ciclo de cortes da Selic mais curto e incerteza eleitoral crescente. O **IDIV (índice de dividendos)** performou relativamente melhor no ano.

O saldo de capital estrangeiro em maio foi negativo em R\$ 11,7 bilhões. Em abril, a B3 havia registrado entrada líquida de **R\$ 3,2 bilhões** (já corrigido ante o pico de R\$ 14,6 bilhões até o dia 15). A lógica dos investidores estrangeiros mudou em maio: com a perspectiva de juros altos por mais tempo nos EUA e o BCE subindo juros em junho, o diferencial de atratividade do Brasil estreitou-se e o fluxo reverteu. A saída líquida em maio chegou a **R\$ 11,7 bilhões**. Com as perspectivas mudadas em maio, o fluxo reverteu.

❖ RENDA FIXA

Em maio de 2026, a renda fixa voltou a mostrar sua relevância como âncora de portfólio em um ambiente de volatilidade e queda da Bolsa. Com o Ibovespa em queda e o câmbio pressionado, os ativos pós-fixados e os indexados ao IPCA tiveram desempenho superior. O **IMA-S** (Tesouro Selic) seguiu como o ativo mais seguro, entregando retorno de **+1,09% no mês**, em linha com a Selic de 14,50%.

Os títulos IPCA+ de curto prazo mantiveram resiliência pelo carregamento inflacionário, enquanto os longos sofreram pressão com a abertura de taxas e a revisão do Focus. O **IMA-B 5+** (papelés longos, NTN-Bs acima de 5 anos) sofreu pressão com abertura de taxas, encerrando o mês em **-0,20%**, único índice com resultado negativo. O **IMA-B 5** (papelés de curto e médio prazo, NTN-Bs até 5 anos) manteve resiliência pelo carregamento inflacionário, entregando **+0,97%**.

Os títulos prefixados (IRF-M) operaram em campo positivo, mas com desempenho diferenciado por prazo. Com o IPCA projetado em 5,04% pelo Focus e a incerteza sobre o ritmo dos cortes da Selic, o apetite por prefixados de longo prazo segue contido. O **IRF-M 1** (prefixados curtos, até 1 ano) entregou **+1,07%**, enquanto o **IRF-M 1+** (prefixados longos, acima de 1 ano) ficou em **+0,52%**, refletindo a pressão das taxas longas. O **IMA-Geral** encerrou o mês em **+0,81%**, cumprindo seu papel de diversificação entre as classes de renda fixa.



Panorama Econômico

CONCLUSÃO, PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES

Maio de 2026 foi o mês em que o mercado testou os limites da euforia construída em abril. O Ibovespa recuou **7,22%**, o pior resultado desde fevereiro de 2023, o dólar voltou a superar **R\$ 5,00** e a saída de estrangeiros chegou a **R\$ 11,7 bilhões**.

A boa notícia veio do lado real: o PIB cresceu **1,1% no primeiro trimestre de 2026**, acima das estimativas, sustentado por agropecuária, indústria e consumo das famílias. No plano externo, a inflação americana acelerou para **4,2% ao ano** e o BCE, na reunião de **11 de junho**, confirmou a primeira alta de juros desde 2023, elevando a taxa de depósito de **2,00% para 2,25%**. A paz entre EUA e Irã segue frágil, com o Estreito de Ormuz parcialmente fechado. O Brent encerrou o mês em torno de **US\$ 91 por barril**, queda de cerca de **17% no mês**, a maior baixa mensal desde março de 2020.

A inflação mostrou que ainda não está domada. O **IPCA oficial de maio fechou em 0,58%**, com acumulado de 12 meses atingindo **4,72%** ultrapassando o teto da meta de 4,50% pelo sistema de meta contínua. O Boletim Focus revisou o IPCA de 2026 para **5,04%** e a Selic projetada ao fim do ano para **13,25%**, refletindo um ciclo de cortes mais curto e cauteloso. A reunião do Copom de **17 e 18 de junho** será determinante para o ritmo do segundo semestre. Lá fora, o Fed segue com juros em **3,50%–3,75%** e o PMI Composto da Zona do Euro em **48,5**, pelo segundo mês consecutivo em contração.

PERSPECTIVAS

O segundo semestre de 2026 vai girar em torno de uma única pergunta: o acordo de paz entre EUA e Irã vai se concretizar? A resposta define praticamente tudo: o preço do petróleo, a inflação global, os juros nos países desenvolvidos e o ritmo de cortes da Selic no Brasil.

Se o acordo de paz se firmar e o petróleo consolidar abaixo de **US\$ 90 por barril**, a inflação global começa a ceder no segundo semestre. O Fed poderia retomar cortes em 2027 e o Copom teria espaço para avançar no ciclo. A Selic poderia terminar 2026 abaixo dos **13,25%** projetados pelo Focus, o dólar voltaria a recuar abaixo de **R\$ 5,00** e o Ibovespa teria condições de retomar a trajetória de alta em direção aos **190 mil a 200 mil pontos**. O BCE, que acabou de subir juros para **2,25%**, sinalizou que novos aumentos dependem dos dados, um acordo de paz reduziria a pressão energética e abriria espaço para uma pausa no ciclo europeu.

Por fim, se o conflito se prolongar, o petróleo volta a pressionar. A inflação americana pode superar **4,5% ao ano**, forçando o Fed a discutir uma alta de juros ainda em 2026. O BCE continuaria seu ciclo de aperto, com a taxa de depósito podendo chegar a **3,00%** até o final do ano. O Copom seria forçado a pausar ou encerrar o ciclo de cortes. A inflação brasileira fecharia 2026 acima de **5,5%**, conforme projetam analistas do mercado, e o ano eleitoral amplificaria as incertezas sobre o fiscal e o câmbio.



Panorama Econômico

RECOMENDAÇÃO

Diante do cenário atual e das perspectivas, recomenda-se que o RPPS adote uma estratégia de investimentos equilibrada, priorizando segurança e liquidez, mas sem deixar de aproveitar oportunidades gradualmente emergentes. De forma prática, a orientação é:

- **Manter exposição relevante em renda fixa pós-fixada (CDI, GESTÃO LIVRE e IRFM 1)**, aproveitando o retorno elevado proporcionado pela Selic no curto prazo.
- **Manter e avaliar posições em IPCA+ (IMA-B 5)**, buscando proteção contra inflação acima da meta, com cautela nos papéis mais longos diante do risco de abertura de taxas.
- **Reduzir exposição a renda variável após a queda de maio**, priorizando setores defensivos (energia, utilities, dividendos) e aguardando maior visibilidade sobre o cenário eleitoral e o ritmo de cortes.
- **Avaliar exposição internacional** como instrumento de diversificação e proteção contra riscos domésticos.
- **Reforçar análise de crédito privado (LF, CDB, FIDC)**, priorizando emissores de alta qualidade e com rating consistente.

A estratégia mais adequada para o momento é de **gestão ativa com foco em preservação de capital**, mas já incorporando movimentos graduais para capturar ganhos futuros, alinhada à Política de Investimentos e ao perfil previdenciário de longo prazo.

Diego Lira de Moura
Economista
Consultor de Valores Mobiliários

Marcelo Silva
Contabilista
Especialista em Investimentos CEA



Panorama Econômico

PRÓ GESTÃO-NÍVEL

		COMUM	I	II	III	IV
RENDÁ FIXA		100,00%	100,00%	50,00%	40,00%	35,00%
LONGUÍSSIMO PRAZO	IMA-B 5+	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LONGO PRAZO	IMA-B	5,00%	5,00%	2,50%	2,50%	2,50%
	IMA-GERAL	5,00%	5,00%	2,50%	2,50%	2,50%
GESTÃO DURATION		5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
MÉDIO PRAZO	IMA-B 5 /IDKA 2A	70,00%	70,00%	12,50%	2,50%	2,50%
	IRFM / IRFM 1+	5,00%	5,00%	2,50%	2,50%	2,50%
CURTO PRAZO	CDI	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	2,50%
	GESTÃO LIVRE	0,00%	0,00%	2,50%	2,50%	0,00%
	IRFM 1	10,00%	10,00%	2,50%	2,50%	0,00%
TÍTULOS PRIVADOS	LF / CDB	0,00%	0,00%	15,0%	15,00%	15,00%
	FIDC / CRÉDITO PRIVADO	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
RENDÁ VARIÁVEL		0,00%	0,00%	50,00%	50,00%	55,00%
FUNDOS DE AÇÕES		0,00%	0,00%	47,00%	42,00%	42,50%
MULTIMERCADOS	NACIONAL	0,00%	0,00%	1,50%	1,50%	2,50%
	INTERNACIONAL	0,00%	0,00%	1,50%	1,50%	2,50%
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,50%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS		0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR		0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%
FUNDOS DE INV. NO EXTERIOR		0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%